



Mas, a verdade toda é que a nossa enorme preocupação se prende também com os 101 milhões de euros a economizar com “outras medidas de racionalização de recursos”, uma vez que, até ao momento, não temos a mínima indicação dos cortes que possam produzir esse impacto positivo em termos orçamentais. É, como facilmente se percebe, mais um item que carece de explicação, já que pode esconder “racionalizações” que afetem irremediavelmente a qualidade do trabalho que as escolas públicas têm vindo a desenvolver.

Aqui fica registado o nosso alerta. Compreendemos que haja a necessidade imperiosa de equilibrar a contas públicas, mas “há limites para os sacrifícios”. Um desses limites deve ser não hipotecar em definitivo o futuro do país com demasiada austeridade mal direcionada, nem o futuro das gerações mais jovens com medidas cujo alcance ainda não está devidamente esclarecido.

Não podemos deixar de registar uma última queixa: o governo que elaborou este OE2012 é o mesmo que, há dias, aumentou a comparticipação do Estado para as turmas do ensino particular.

A Direção da ANDE (novembro de 2011).

**ANDE**